

O que nos reservam as próximas décadas?

(O futuro visto de uma perspectiva brasileira)

Rubens Ricupero(*)

Introdução:

Os próximos 40 ou 50 anos parecem promissores para o Brasil, em razão de mudanças estruturais de longo prazo que favorecem em geral as perspectivas de desenvolvimento, como nunca havia acontecido antes. Consolidou-se um mínimo de estabilidade de moeda e preços após 35 anos de inflação alta, com correção monetária. Alcançou-se há pouco o grau de investimento. Politicamente em paz com os dez vizinhos há nada menos que 138 anos e sem problemas militares ou estratégicos, o país começa a dispor, pela primeira vez em sua história, de condições propícias em três áreas que até agora representavam sérias limitações ao crescimento, a saber: a demografia, o petróleo, as commodities.

Uma quarta tendência de longo prazo, a do aquecimento global, pode revelar-se mais problemática pelos efeitos sobre a principal vantagem comparativa brasileira – a produtividade agrícola – mas aqui também, como veremos, tudo irá depender das políticas e medidas preparatórias que se adotem em tempo oportuno.

Aliás, em todos os demais casos, as mudanças estruturais apenas criam as condições para um melhor desempenho, sem garantir que ele vá ocorrer automaticamente. O resultado estará sempre em função da maneira como soubermos aproveitar ou não as oportunidades que surgirem ou reagir de modo adequado aos desafios e ameaças.

Pode-se fazer paralelo com o que Maquiavel dizia do Príncipe: que ele precisava ter *virtù* e *fortuna*, em italiano virtude (ou competência) e sorte. A geologia do pré-sal favorável ao petróleo é sorte, o uso que se vai fazer do óleo - sábio, como fez a Noruega, ou perdulário, do tipo da Venezuela - já não depende dos deuses ou do fado, mas dos homens, de nós mesmos.

Idêntico raciocínio vale para a valorização das commodities ou para o bônus demográfico. Nenhuma dessas modificações nos dispensa das gigantescas tarefas de que depende, em última análise, o Brasil dar certo ou não: completar a estabilização econômica por meio de juros baixos, reduzir a carga tributária, promover redução da pobreza e desigualdade, reformar instituições públicas disfuncionais e, acima de tudo, garantir educação de alta qualidade em todos os níveis.

Vamos passar em revista essas quatro mudanças estruturais, procurando mostrar as oportunidades e desafios que encerram, começando pelo

Bônus demográfico:

Nos cinco primeiros séculos de nossa história, o Brasil viu boa parte de seu crescimento econômico superado e em parte anulado pela expansão muito mais acelerada da população. Agora, a partir mais ou menos do ano 2000, começamos a usufruir de situação muito mais favorável, pois a desaceleração do aumento da população reduzirá de forma substancial a pressão demográfica sobre escolas, hospitais, serviços públicos em geral.

Os demógrafos chamam de “ônus demográfico” essa pressão, que, em casos como os da África e de Bangladesh, está na raiz da miséria da população e da dificuldade de combatê-la, uma vez que a produção agrícola ou de outra natureza não consegue gerar excedentes que possam servir como capital de investimento: tudo é consumido por bocas ávidas. Aumentar ou melhorar a renda per capita torna-se façanha quase impossível, já que não cessa de crescer o número daqueles pelos quais será necessário dividir o bolo.

Foi essa a situação prevalecente em nosso passado. Nos anos de 1930 e 1940, a taxa demográfica anual era de 2,8% e a de fertilidade, isto é, o número de filhos por mulher em idade de reprodução, era de 6,2 filhos (um pouco mais tarde, nos anos 1950 e 1960), números comparáveis aos mais elevados do mundo. Conseqüência: havia sempre uma quantidade muito grande de dependentes, isto é, de pessoas em idade não-produtiva, em relação à população ativa, mais de 90 por 100.

Desde então a taxa demográfica mergulhou de 2,8% para os 0,8% atuais, tendendo a 0,4%. Enquanto isso, a taxa de fertilidade sofreu redução dramática, passando de 6,2 filhos para 2,1 filhos por mulher, valor meramente de reposição da população, atingido, antes das previsões, em 2003. No estado de São Paulo, calcula-se que a taxa de fertilidade já esteja em apenas 1,7%, nível incapaz de repor a população e semelhante ao dos países europeus, o que se repete nos outros estados meridionais.

No período de crescimento mais acelerado da economia, entre 1950 e 1980, por exemplo, havia 82 dependentes, quase todos crianças, por 100 pessoas em idade ativa, aptos para o trabalho. Nos próximos 30 anos, serão apenas 48 dependentes, quase metade, por 100 ativos potenciais.

Isso criará uma “janela de oportunidade”, ou “bônus demográfico”, que não se repetirá no futuro, posto que, a partir de certa época, o envelhecimento da população e o aumento do número de idosos compensarão a redução das crianças e voltarão a impulsionar o crescimento dos dependentes. Calcula-se, porém, que o bônus continuará positivo durante mais ou menos 50 anos, fase durante a qual se terá:

população mais urbanizada,
com idade mediana mais produtiva,
menor analfabetismo e maiores anos de estudo,
maior esperança de vida,

maior proporção de mulheres no mercado de trabalho,
melhores condições de saúde,
enfim, maior e melhor capital humano.

Um dos efeitos do bônus é que bastará o Brasil crescer 5% ao ano a fim de obter, em termos per capita, o mesmo resultado que antes exigia expansão de 7% ou mais. É claro que, para obter tal resultado, vai ser preciso crescer, o que não depende da demografia.

Os países que melhor souberam aproveitar a janela de oportunidade demográfica são asiáticos – o Japão, na sua fase intensa de expansão depois da Segunda Guerra Mundial, a Coreia do Sul, mais perto de nós e a China, no momento. O que todos eles têm em comum é que foram capazes de obter altas taxas de crescimento e de geração de empregos. Além disso, investiram pesadamente em educação, saúde, infra-estrutura.

De nossa parte, não poderá ser diferente. De fato, de que serve ter menor número de dependentes em relação a cada grupo de 100 pessoas em idade ativa se essas pessoas não conseguirem encontrar trabalho produtivo e não gozarem de saúde e educação para participarem de economia competitiva?

Petróleo:

A relativa pobreza nos dois grandes combustíveis fósseis da Revolução Industrial - o carvão e o petróleo – atuou, no passado, como sério entrave à industrialização e ao desenvolvimento do país. A dependência de óleo importado constituiu um dos elementos mais irredutíveis do chamado “estrangulamento externo” da economia, quer dizer, da incapacidade de gerar com nossas exportações as divisas indispensáveis ao pagamento das importações.

Na fase dos dois choques do petróleo dos 1970, a multiplicação por mais de quatro vezes da fatura brasileira de importação de petróleo esteve na origem da deterioração rápida do balanço de pagamentos, do endividamento e, mais tarde, da crise da dívida de 1982 e interrupção, por duas décadas, do crescimento da economia.

Essa dependência, já reduzida de modo expressivo pelo aumento da produção nacional, está em vias de desaparecer em definitivo caso se confirmem as perspectivas extremamente animadoras abertas pelo descobrimento de petróleo e gás de alta qualidade na camada pré-sal da grande Bacia de Santos.

Não é este o lugar apropriado para discutir em detalhe as projeções enormes do potencial estimado para a área da costa entre o sul do Espírito Santo e o norte de Santa Catarina, embora não pareça exagerado estimar esse potencial entre 70 e 100 bilhões de barris. Nem caberia falar das dificuldades tecnológicas e custo elevado da extração, apesar de nesse ponto também a “curva de aprendizado” indicaria que, a cada nova perfuração, têm se reduzido os custos e a duração do trabalho.

Seja dito, no entanto, que informações das melhores fontes indicam serem grandes as possibilidades de, em prazo de uns dez a doze anos, o Brasil vir a ser exportador líquido ao menos de médio porte. Tal nível bastaria, entre outros efeitos, para superar de vez o “estrangulamento externo”, na hipótese mais que provável de que o petróleo, cada vez menos abundante, não volte a ter o preço deprimido.

Outras vantagens seriam a superação definitiva da dependência em petróleo e gás em relação a vizinhos pouco confiáveis como a Bolívia, a valorização imediata da importância econômica e estratégica do país aos olhos do mundo, o aumento de sua influência e irradiação.

Contudo, uma vez mais será necessário aplicar políticas inteligentes e bem planejadas para não desperdiçar a riqueza geológica, sem que ela gere dinamismo auto-sustentável, revivendo a experiência do ouro e dos diamantes do Século XVIII. Teremos de definir, para o petróleo e o gás, estratégia que responda a algumas questões fundamentais, tais como:

Deve-se maximizar as exportações ou equilibrá-las com a formação de reservas estratégicas?

Qual deveria ser a proporção de petróleo e gás destinada a usos energéticos e qual porcentagem empregar para fins mais nobres, com agregação de valor, como o uso da nafta e do gás na petroquímica em geral e na produção de fertilizantes em particular?

Lembrar, por exemplo, que hoje perto de 20% do gás mundial está sendo usado para energia, sobretudo sob forma de gás liquefeito para exportação e que essa é uma das razões para maior pressão na produção de fertilizantes.

De que maneira se deveria repartir os benefícios do petróleo entre a população, em lugar de beneficiar apenas alguns poucos municípios próximos da costa das descobertas?

Essa última indagação traz à nossa atenção que o perigo de errarmos na utilização da riqueza petrolífera não é meramente acadêmico. Ele está já ocorrendo na realidade, pois não soubemos desenhar um sistema mais racional quando foram feitas as descobertas de Campos. Os municípios fluminenses beneficiados pelos “royalties” estão entre os piores do Brasil em matéria de corrupção, desperdício e instabilidade administrativa. Quem nos garante que não vamos repetir o erro em dimensões muito maiores?

Na ocasião em que os mexicanos descobriram o campo gigante de Cantarell, no golfo do México, o segundo maior do mundo, o presidente daquele país, ao fazer o anúncio oficial em 1976, declarou estar consciente do risco de desperdiçar os recursos da riqueza fácil, conforme haviam feito outros países. Prometeu que tal erro não seria repetido no caso mexicano, mas infelizmente o que sucedeu foi exatamente a reprodução do comportamento de imprevisão da Venezuela e muitos produtores de bruto.

Num artigo recente, comentei que pela *fortuna*, isto é, pela comum origem e cultura, estamos mais próximos da Venezuela e do México. E perguntava, o que volto a fazer agora, teremos *virtù* para imitar o exemplo da Noruega e da Holanda?

Com efeito, se os melhores prognósticos se confirmarem, estaremos diante do dilema da chamada *doença holandesa*, que os holandeses, aliás, souberam curar, após o primeiro momento. Como se sabe, o petróleo costuma, por si só, assegurar a solidez do saldo do balanço de pagamento e, por essa via, contribui para a apreciação da moeda e conseqüente abandono de outras exportações de maior valor agregado, que se tornam pouco competitivas. Como enfrentar a dificuldade no caso do Brasil? É o que veremos, no capítulo seguinte, ao tratar das commodities.

Commodities:

Um dos gargalos históricos do desenvolvimento brasileiro foi a estrutura de uma pauta de exportação concentrada em commodities agrícolas em situação de declínio secular de preços. Celso Furtado observou que o Brasil não logrou converter-se em país moderno, como sucedeu aos Estados Unidos após a independência, em boa parte devido ao baixo crescimento das exportações, incapazes de financiar as necessidades de importação, durante todo o século XIX.

Salvo raros episódios, como o do “boom” da borracha ou do café, as commodities exportadas pelo país - café, cacau, algodão, açúcar, couros – frequentemente gravosas, quer dizer, com preços acima do mercado mundial, se caracterizaram por escasso dinamismo tanto em volume de vendas quanto em preços. Em contraste com a Argentina, jamais tivemos um longo período de extraordinária expansão das exportações, como aconteceu com nossos vizinhos em relação ao trigo e à carne durante a fase que se estende de 1880 a 1914.

De repente, nos últimos três a quatro anos, muda por completo o panorama das commodities exportadas pelo Brasil, principalmente devido à demanda insaciável da China, com impacto favorável na valorização dos preços, em relação ao minério de ferro e à soja. Outros fatores recentes – como a crise do aumento de preços de alimentos em geral, em parte devido à concorrência de certos biocombustíveis – vieram somar-se ao crescimento da demanda asiática para pressionar os preços dos produtos agrícolas brasileiros.

É verdade que existe certo exagero no que se vem divulgando como alta generalizada de todas as matérias primas, sem olhar mais de perto o que está realmente acontecendo. Nas afirmações atuais, muitas copiadas sem grande originalidade ou exame crítico do que é publicado na imprensa americana e européia, não se leva em devida conta o colapso ocorrido nos preços das commodities nas décadas de 1980 e 1990.

A fim de obter panorama mais fiel à realidade, é preciso introduzir duas correções aos números atuais. A primeira é a de comparar os preços recentes com a média vigente na fase de 1945 a 1980, fase na qual os preços das matérias primas estiveram até um pouco abaixo da média histórica. A segunda é deduzir os efeitos da inflação no período e a relação com o preço de manufaturados,

utilizando o deflator das Nações Unidas/Banco Mundial conhecido como Unidade de Valor de Manufaturas.

Feitas essas operações, o que se constata é que se vive de fato um “boom” no petróleo e nos metais, mas a situação dos produtos agrícolas varia muito segundo o produto. Os preços do petróleo e dos metais, sobressaindo o do cobre, são efetivamente bem mais do que o dobro da média de 1945 a 1980.

Já no caso da agricultura, a maioria dos produtos está apenas no estágio de recuperação dos preços praticados naquele período e que sofreram enorme deterioração desde a época. Não se pode, assim, falar propriamente em aumento dos preços agrícolas, ao menos em termos históricos reais. O que estamos testemunhando é uma recuperação desses preços e da renda dos agricultores, que se tinha deprimido. O ponto é de importância fundamental no debate que tende a culpabilizar os produtores e exportadores de alimentos pela elevação, ou melhor, recuperação, de preços.

Outro interessante aspecto é que, do ponto de vista da melhora de preços, os produtos agrícolas se dividem em três grupos. O primeiro é o daqueles poucos produtos em situação que se poderia descrever como de “boom”: o óleo de palma ou dendê (260,1% a mais que na fase histórica); trigo (189,7%); bananas (185%); borracha (162,8%). Como se vê, nenhum é exportado pelo Brasil em larga escala (somos exportadores marginais de banana).

A segunda categoria é a dos que estão próximos de completar a recuperação, mas ainda se situam pouco abaixo da média: o milho (95,7%); e o arroz (78%).

O terceiro grupo é o dos que têm os preços deprimidos em relação à média histórica: cacau (60,9%); chá (58,7%); café (58%); algodão (43,5%); açúcar (41%). Convém notar, de passagem, que o açúcar é o que apresenta a mais deprimida das cotações. Isso põe por terra a acusação de que o etanol de cana teria algum efeito de encarecer o alimento alternativo à produção do álcool.

A conclusão é clara: conforme dito acima, o período atual é muito mais uma fase de “boom” dos preços de petróleo e de produtos minerais que agrícolas. Se ainda subsistisse alguma dúvida, ela desaparece ao proceder-se ao exame da variação da melhora dos termos de intercâmbio dos países latino-americanos, de acordo com o recente relatório da CEPAL (*Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean, december 2007*).

O exame indicará que em 2007, os termos de intercâmbio eram de 90% a 100% acima dos de 2003 para a Venezuela e Chile, exportadores de petróleo e cobre, respectivamente. Para a Bolívia e o Peru, os termos eram de 40% a 60% superiores, acima de 25% para a Colômbia e o Equador, todos exportadores de minerais principalmente. Para as duas grandes economias exportadoras de produtos agrícolas, a Argentina e o Brasil, a melhora foi apenas de 10% ou menos.

Feitas essas ressalvas que, embora necessárias, estão praticamente ausentes do debate no Brasil, cabe-nos esperar que a recuperação dos produtos agrícolas se consolide, a fim de possibilitar a

melhora da renda dos agricultores e dos termos de intercâmbio dos países exportadores de bens da agricultura.

É prematuro prever com algum grau de certeza quanto tempo vai durar a nova situação. Centenas de milhões de chineses, indianos e demais asiáticos poderão somar-se ao mercado de alimentos e busca de melhor dieta nas décadas a seguir. Não seria implausível, assim, que a demanda se mantivesse forte por tempo bem maior do que o efeito tido, em seu tempo, pelo crescimento do Japão e da Coréia do Sul.

No período 1960-2000, a população mundial saltou de 3 bilhões para cerca de 6,7 bilhões de habitantes. Estima-se que até 2050, ela deve passar dos atuais 6,7 bilhões a 9,2 bilhões. Nesse caso, espera-se que a demanda por carne deverá dobrar e a de cereais aumentar em 75%. Cerca de três quartos do crescimento virá dos países em desenvolvimento.

Esse último aspecto apresenta importância especial, uma vez que as populações de países ricos – Europa, EUA, Japão – atingiram já o ponto de saturação no consumo de produtos básicos, sendo essa uma das razões da queda secular das cotações.

Durante muito tempo, o panorama mantinha-se estático, ou melhor, o crescimento era puramente vegetativo, pois os pobres aumentavam em número, mas não dispunham de renda para consumir. A recente modificação provém não só da expansão demográfica dos países pobres; ela é fruto também da melhora de renda desses povos.

O verdadeiro desafio será o de expandir a oferta para atender tal demanda, inclusive em termos qualitativos, já que, cada vez mais, ela não se satisfará apenas com a quantidade de calorias. A busca é, ao contrário, por proteínas animais, laticínios, frutas, vegetais frescos, enfim, tudo o que constitui o refinamento da dieta alimentar. A competição se acirrará entre plantas e animais: a fim de produzir uma caloria de leite ou ovo, é preciso 4,5 calorias de plantas; uma caloria de carne bovina ou ovina exige 9 calorias de plantas.

Ora, existem limites físicos ao aumento da produção: solos aráveis de boa qualidade, crescentemente degradados pela erosão e salinização; escassez de água para irrigação; secas e inundações mais freqüentes devido ao aquecimento global.

Dentre esses limites, um dos mais sensíveis no momento é o decorrente do encarecimento do petróleo, que pressiona todos os preços da cadeia de transportes de produtos das zonas agrícolas para os mercados, além do transporte de adubos e defensivos. Ademais, o petróleo incide diretamente sobre o preço dos fertilizantes, os derivados de hidrocarbonetos e os demais devido à escassez em face da demanda. Tendo em vista a crescente demanda de fertilizantes no futuro, será indispensável desenvolver técnicas de utilização mais racional e econômica dos adubos, evitando os enormes desperdícios atuais e mitigando os problemas de concentração de resíduos no solo e nas águas.

Não se deve omitir que, além da demanda de alimentos, parte crescente da pressão virá da produção de biocombustíveis, problema que se agrava com o protecionismo dos EUA e da Europa.

Com efeito, os americanos tornam proibitivas as importações de etanol do Brasil, que seriam capazes de atenuar a pressão, devido a uma taxa de 51 centavos de dólar por galão (3,8 litros); os europeus são piores: a taxa é de 70 centavos. É apenas em função dessa elevada barreira tarifária que Europa e EUA conseguem produzir biocombustíveis antieconômicos e culpados principais pela alta dos preços do milho (a tonelada de milho passou de US\$ 85, antes da vigência da lei americana do etanol para US\$ 250 em 2008). A mesma causa provocou a subida dos preços do trigo e da soja, cuja produção se reduziu, deslocada pelo plantio de milho. Foi o que tornou possível que a colheita de milho de 2007/08 crescesse 24%, chegando a 333 milhões de toneladas (mais que o dobro da produção brasileira total de grãos), a maior safra desde 1933!

Dentro desse contexto geral, terão grandes oportunidades de exportação com bons preços aqueles poucos países capazes de expandir a oferta de alimento, porque dispõem de terras, água, capital e tecnologia. Não serão muitos os que se encontram em tais condições e não resta dúvida de que o Brasil é um dos que melhor se podem posicionar a fim de aproveitar a conjuntura favorável.

Para isso, será preciso planejar um crescimento harmônico e racional do crescimento da agropecuária brasileira para a produção e exportação de alimentos, não em oposição, mas em complementação da produção de etanol e biocombustíveis. Isso vai exigir cuidado especial com a expansão da fronteira agrícola em relação aos biomas naturais, já pressionados – cerrados, Amazônia, zonas da cana onde existem problemas com as matas ciliares e a reserva obrigatória.

Além do que depende de nós, há fatores que nos ultrapassam e têm a ver com a especulação financeira em mercados de futuros, de potencial distorcivo sobre preços e, acima de tudo, o perigo de que a crise de alimentos volte a dar argumentos aos protecionistas. Estes não se furtarão de argumentar que, no tempo dos subsídios fartos ligados à quantidade produzida, havia estoques gigantescos de alimentos. Omitirão, por certo, que tais excedentes eram escoados sob forma de doações ostensivas ou disfarçadas, liquidando a agricultura e a agro-indústria dos países pobres e criando perigosa dependência artificial de alimentos doados.

Dois problemas adicionais terão de ser enfrentados pelo Brasil. O primeiro é que a valorização das commodities, atuando em reforço das eventuais exportações líquidas de petróleo, podem gerar situação de apreciação permanente da moeda nacional. Não existindo mais possibilidade de recurso à saída mais fácil das desvalorizações periódicas, a competitividade dos produtos de valor agregado, a começar no setor da agro-indústria (carnes, soja e outros), só poderá ser conquistada pelo método mais árduo: a melhora da produtividade total dos fatores da economia.

Não é difícil enumerar as condições para atingir essa desejável meta, as quais coincidem, no essencial, com as tarefas mencionadas no início, das quais dependeriam o Brasil dar certo ou não: completar a estabilização, eliminar o déficit público, reduzir os juros e o custo do capital, aliviar a carga tributária, ampliar e renovar a infra-estrutura, reformar as instituições, reduzir a pobreza e a desigualdade e, em primeiro lugar, aprimorar a educação, a pesquisa, a ciência.

O segundo problema é preparar o país para o impacto da mudança do clima, tomando em tempo oportuno as medidas indispensáveis de adaptação, a fim de enfrentar nas melhores condições possíveis o objeto do próximo e derradeiro capítulo.

Aquecimento global:

Tudo o que dissemos acerca do posicionamento favorável do Brasil para aproveitar a valorização dos produtos agrícolas pode ser afetado negativamente pelo impacto do aquecimento global. É bem conhecido o fato, reiterado nos relatórios do IPCC e outros trabalhos sobre o tema, que, num primeiro momento, as zonas mais atingidas em termos de redução da produtividade agrícola serão as tropicais e subtropicais: quanto mais baixa a latitude e mais próxima do Equador, maior será o aumento médio da temperatura e efeitos decorrentes. Até se admite que, no caso de se lograr estabilizar o aumento de temperatura em torno de 2°C, regiões frias tais como as terras canadenses, siberianas, escandinavas terão período de crescimento vegetal ampliado e poderão aumentar a produção agrícola.

Por essa razão, o interesse de países quentes, os africanos, por exemplo, ou das pequenas ilhas ameaçadas de submersão pelo oceano é de negociar um compromisso de estabilização do aumento no mais baixo patamar factível. Por motivos insondáveis, o presidente do Brasil escolheu, todavia, alinhar-se com o norte-americano na reunião do G-8, ao rejeitar com o ianque a proposta da Primeira Ministra Ângela Merkel de que todos se comprometessem a estabilizar a elevação da temperatura no nível acima mencionado.

Com base nessa inexplicável atitude, até pareceria que o país se encontra, como reza o hino, deitado em berço esplêndido por saber algo que os demais mortais desconhecem. Ou dispomos de alguma informação desconhecida, segunda a qual os países quentes não serão tão atingidos. Ou então estamos perfeitamente preparados para a mudança em razão do avançado de nossos estudos de previsão e de adaptação da agricultura.

Ora, o contrário é que representa a verdade. No governo passado, o próprio presidente da República presidia as reuniões do Fórum Brasileiro de Mudança Climática. Este havia decidido organizar uma rede de estações coletoras de dados e pesquisas, a fim de iniciar, de imediato, a elaboração de um plano e de uma política nacionais para enfrentar os efeitos do aquecimento sobre o Brasil. Desgraçadamente, essa foi uma das áreas em que a atual administração não deu continuidade às políticas anteriores. Perderam-se quase seis anos e só agora, poucos meses atrás, anunciou-se a retomada de esforços no sentido referido, ignorando-se quando eles começarão a produzir efeitos.

Veja-se o contraste com a Austrália, nossos competidores diretos em exportação de alimentos. No discurso de abertura da recente conferência anual da agricultura australiana, o Primeiro Ministro da

Austrália cita projeções numéricas a respeito do impacto do aquecimento na precipitação pluviométrica, na produção agropecuária e na redução do potencial exportador daquele país.

Nada disso seria possível entre nós porque devido à falta de prioridade e aos minguados recursos destinados às pesquisas nessa área, desconhece-se por completo qual será o impacto do aquecimento no Brasil. Conforme declarou em entrevista a “O Estado de São Paulo” um dos maiores cientistas brasileiros no estudo de climatologia, Carlos Nobre: “Adaptar o quê, se não se sabe qual vai ser o impacto?”.

Neste setor, assim como nos demais que temos passado em revista, é necessário que a iniciativa privada ligada à produção agrícola alerte a opinião pública acerca da necessidade de conduzir estudos sobre o impacto do aquecimento. Precisamos conhecer como a tendência vai afetar o regime de chuvas no Centro Oeste e no Sul Sudeste, pois disso depende nossa principal vantagem comparativa: a produtividade agrícola.

Caso nos mobilizemos em tempo, será perfeitamente possível aplicar política mais racional de limitação do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, evitando, desse modo, a elevação descontrolada da temperatura e a savanização da floresta. Estará também ao nosso alcance impulsionar desde já as pesquisas da Embrapa, no sentido de adaptar os cultivos brasileiros de maneira gradual às mudanças, igualmente graduais, que virão. O êxito da Embrapa na adaptação de tantos cultivos às condições do Brasil é razão para termos esperança de enfrentar com determinação o desafio do aquecimento do planeta.

CURÍCULO RUBENS RICUPERO

Funções atuais:

- Diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP);
- Presidente do Conselho do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Cargo anterior:

- Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra, durante nove anos, de 1995 a 2004;
- Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, em 1994, coube-lhe a operação de lançamento do real, em 1º de julho daquele ano;
- Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, primeiro a ocupar a pasta cobrindo as duas dimensões (1993-94);
- Assessor Especial do Presidente da República no governo José Sarney, em substituição ao Ministro Célio

Borja (1986-87);
- Subchefe Especial da Casa Civil da Presidência da República, nomeado por indicação do Presidente-eleito Tancredo Neves (1985-86).

Funções políticas:

- Assessor para Política Internacional do candidato e presidente-eleito Tancredo Neves, acompanhou-o na viagem de trabalho à Europa, EUA e América Latina (1984-85).

Cargos diplomáticos:

- Embaixador nos Estados Unidos da América (1991-93);
- Embaixador junto à ONU e ao GATT em Genebra (1987-91);
- Embaixador na Itália (1995);
- Chefe do Departamento das Américas do Itamaraty (1980-85);
- Chefe da Divisão da América Meridional-II e, cumulativamente, da divisão de Fronteiras do MRE (1977-80);
- Negociador principal do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA);
- Presidente da Comissão de Finanças, responsável pelo capítulo 33 da Agenda 21, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92;
- Representante do Brasil junto à Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos em Genebra (1989-91);
- Representante do Brasil junto à Conferência de Desarmamento em Genebra (1989-91);
- Chefe da Divisão de Difusão Cultural do MRE (1971-74);
- Conselheiro / Secretário das Embaixadas do Brasil nos EUA (1974-77), no Equador (1969-71), na Argentina (1966-69), na Áustria (1963-66).

Cargos ligados ao Comércio

Internacional:

- Presidente das Partes Contratantes do GATT (1991);
- Presidente do Conselho de Representantes do GATT (1990);
- Presidente do Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT (1989);
- Presidente e porta-voz do Grupo informal de Países em Desenvolvimento no GATT (1988-91);

- Chefe da Delegação do Brasil nas negociações da Rodada Uruguai do GATT (1987-91).

Posições acadêmicas: - Professor de Teoria das Relações Internacionais da Universidade de Brasília, desde 1979;
- Professor de História das Relações Diplomáticas do Brasil do Instituto Rio Branco, desde 1980.

Resumo biográfico: - Nascido em 1º de março de 1937, no bairro paulistano do Brás, fez os cursos primário e secundário em São Paulo;
- Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, tendo feito parte da turma Clovis Bevilaqua (1959);
- Graduiu-se no Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959-60), tendo recebido as medalhas de 1º lugar no ingresso e na conclusão do curso;
- É colunista regular de “A Folha de São Paulo” desde 1995.

Livros: - Ricupero, R., “A Folha Explica a ALCA”, Ed. Folha de São Paulo, 2003.
- Ricupero, R., “Esperança e Ação”, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- Ricupero, R., “O Brasil e o Dilema da Globalização”, Ed. Senac, São Paulo, 2001.
- Ricupero, R., “Rio Branco: o Brasil no Mundo”, Ed. Contraponto, 2000.
- Ricupero, R., “O Ponto Ótimo da Crise”, Ed. Revan, 1998.
- Ricupero, R., “The Uruguay Round and Beyond” – Essays in Honour of Arthur Dunkel, Springel – Verlag Berlin, Heidelberg, 1998.
- Ricupero, R., “Barão do Rio Branco” – Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1995; edição ampliada 2002; ed. Argentina, Nueva Mayoria, 2000.
- Ricupero, R., “Visões do Brasil”, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1995.

- Ricupero, R., “Los países en Desarrollo y la Ronda Uruguay: Desencuentros de un amor correspondido?”, em “La Ronda Uruguay y el Desarrollo de la América Latina”, org. Patricio Leiva, Centro Latinoamericano de Economía Y Política Internacional (CLEPI), PNUD, Santiago do Chile, 1994.
- Ricupero, R., “Os Estados Unidos da América e o Reordenamento do Sistema Internacional”, em Temas de Política Externa Brasileira, II, IPRI, Brasília, Ed. Paz e Terra, 1994.
- Ricupero, R., “A Rodada Uruguai e o futuro do sistema multilateral de comércio”, em “A Nova Inserção Internacional do Brasil”, org. J.P. dos Reis Velloso, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.
- Ricupero, R., “A Diplomacia do Desenvolvimento”, em “Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira, MRE, Brasília, 1989.